



EDUCAÇÃO Reitores se reúnem hoje com o ministro Camilo Santana com a esperança de obter alguma melhora na crise orçamentária que há meses atinge as instituições públicas federais

Universidades em situação crítica

» FRANCISCO ARTUR DE LIMA

Após meses de severas restrições orçamentárias, reitores de universidades públicas federais esperam ouvir nesta terça-feira um alento do governo. Uma reunião marcada no Palácio do Planalto com o ministro da Educação, Camilo Santana, e possivelmente com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva — ele teve uma indisposição ontem — pode resultar numa solução paliativa para a estrutural crise financeira que atormenta o ensino superior.

O encontro vai tratar da composição do orçamento dessas instituições de ensino e pesquisa. Mas ocorre em momento delicado, após o Ministério da Fazenda anunciar, na semana passada, contingenciamento de R\$ 31,3 bilhões no orçamento geral de 2025. Segundo explicações da equipe econômica, a medida é necessária para seguir as regras do arcabouço fiscal. Apesar do aperto orçamentário, o ministro da Educação, Camilo Santana, disse que o limite de gastos mensais para as universidades federais será ampliado.

Em entrevista ao jornal *Diário do Nordeste*, o ministro afirmou que as instituições federais de nível superior não terão mais o limite que permitia gastar apenas 1/18 (um dezoito avos) da verba anual até novembro, de acordo com a regra aprovada na Lei Orçamentária Anual (LOA). Essa restrição foi imposta por um decreto, assinado em 30 de abril. Desde então, a comunidade acadêmica tem protestado, e algumas instituições federais passam por penúria.

Com a liberação da verba, as universidades públicas federais voltam a poder usar 1/12 (um doze avos) por mês. “Vamos garantir que as nossas universidades possam funcionar em pleno êxito, sem nenhum prejuízo”, afirmou Santana, que ficou conhecido nacionalmente pelos resultados no âmbito da educação no Ceará.

Poucas semanas após o

Sintufri/divulgação



Protesto no Conselho Universitário da Universidade Federal do Rio de Janeiro, instituição fundada em 1920: drama no ensino superior

decreto, a Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes) divulgou um diagnóstico com a realidade do ensino superior público no país. Em nota divulgada em 14 de maio, a entidade afirmou que a restrição de 1/18 “inviabiliza a continuidade das atividades das universidades federais”. O contingenciamento de verba, ressaltou a Andifes, prejudica o funcionamento dos centros de estudo e pesquisa.

Em nota publicada em maio, a Andifes pontuou que os cortes orçamentários comprometiam ações como assistência estudantil, bolsa de estudo, contratos de empresas que fazem serviços como limpeza, o funcionamento dos restaurantes universitários (RU), contas de água e luz, entre outros.

A Andifes chegou à reunião no Palácio do Planalto com um pedido de “liberação urgente do

orçamento” para garantir que os pagamentos do dia a dia não fiquem comprometidos. Além disso, a Andifes considera a “recomposição dos cortes aprovados pelo Congresso na LOA 2025 e uma suplementação no orçamento deste ano” como ações “igualmente urgentes e essenciais” para o bom funcionamento das universidades federais.

“Portanto, limitar a execução mensal e liberar parte do orçamento somente em dezembro não apenas inviabiliza a continuidade das atividades das universidades federais como também a devida execução orçamentária”, concluiu a associação.

Uma das instituições com graves problemas financeiros é a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), fundada em 1920. Em reunião na semana passada, integrantes do Conselho Universitário (Consumi) relatam graves situações

ocorridas no Instituto de Ginecologia da universidade.

“Nós chegamos à suspensão, dia 16 de maio, da internação dos pacientes, tanto clínicos como cirúrgicos, do Instituto de Ginecologia, por conta da interrupção do fornecimento da alimentação pela empresa do Nutrinorte”, disse Luciana Borges, representante técnica-administrativa no conselho.

Problemas também foram relatados no Hospital Universitário da UFRJ. De acordo com Luciana Borges, pacientes informaram que o aparelho usado na radioterapia estava quebrado há mais de 15 dias. “Precisamos de uma intervenção imediata sobre esses cortes. Não dá mais para aguardar”, apelou.

Na reunião, o pró-reitor da UFRJ, João Torres, disse que havia uma expectativa de boas notícias no encontro marcado para hoje em Brasília.



Limitar a execução mensal e liberar parte do orçamento somente em dezembro não apenas inviabiliza a continuidade das atividades das universidades federais como também a devida execução orçamentária

Nota da Andifes sobre a restrição de recursos orçamentários do governo Lula

MEIO AMBIENTE

Funai: PL sobre licenciamento ameaça indígenas

» IAGO MAC CORD*

A Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai) manifestou preocupação com o projeto de lei (PL) do Licenciamento Ambiental, aprovado no último dia 21, pelo plenário do Senado Federal. Em nota divulgada ontem, a entidade avalia que a proposta “representa graves retrocessos na proteção dos direitos indígenas e preservação ambiental, além de afrontar a Constituição Federal e Tratados Internacionais ratificados pelo Brasil”.

Entre os pontos mais críticos, a Funai destacou a redução da influência dos conselhos ambientais na definição de parâmetros e a criação da Licença Ambiental por Adesão e Compromisso (LAC). A modalidade LAC permitiria que empreendimentos de médio porte fossem instalados por autodeclaração, sem a necessidade de estudos de impacto prévios.

Outro ponto de discórdia é a dispensa de licenciamento para

obras emergenciais e de uma definição clara do que configura uma emergência, o que poderia abrir brechas para abusos. A Funai ressaltou ainda a restrição da participação de órgãos envolvidos, incluindo a própria Fundação, que só seria ouvida em casos de terras indígenas já homologadas.

Além disso, o órgão indigenista afirmou que, ao excluir sua atuação em territórios indígenas não homologados e restringir a participação dos povos indígenas em decisões sobre empreendimentos com impacto socioambiental, o PL descumpra o direito à consulta livre, prévia e informada, previsto na Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho, também reafirmado pela Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas e pela Comissão Interamericana de Direitos Humanos.

“Frente às graves ameaças com o referido Projeto de Lei apresenta para os povos indígenas e para o cumprimento de

Fabio Rodrigues-Pozzebom/ Agência Brasil



Marina Silva criticou a aprovação “açodada” do PL no Senado

suas atribuições, a Funai, autarquia indigenista do Estado brasileiro, reafirma o compromisso com a sua missão de defender e proteger os direitos dos povos

indígenas”, declarou.

Em nova manifestação contra o PL que afrouxa as normas sobre licenciamento ambiental, a ministra do Meio Ambiente

e Mudança Climática, reclamou da maneira como Congresso Nacional aprovou a matéria. “Nós trabalhamos durante todo esse tempo em cima de um relatório, que é um relatório do senador Confúcio Moura (MDB-RO) e estava razoavelmente bom”, comentou a ministra durante o Congresso Brasileiro de Engenharia Sanitária e Ambiental, em Brasília.

Segundo Marina Silva, “em cima da hora, foi feita uma mudança e uma integração entre o relatório dele e o da senadora Tereza Cristina (PP-MS). Tivemos ali perdas muito grandes e infelizmente votadas, na minha opinião, de forma açodada”.

A posição da ministra e da Funai é frontalmente contrária à maioria dos senadores que votaram a favor do projeto de lei. Entidades ligadas ao setor produtivo também apoiam a proposta. Para a Confederação Nacional da Indústria, a medida diminui a burocracia e padroniza o regimento ambiental.

DESIGUALDADE

Segurança alimentar é problema de renda

» FERNANDA GHAZALI*

Enquanto o Brasil se consolida como um dos maiores exportadores globais de commodities agrícolas, com projeção de produzir 327,6 milhões de toneladas de alimentos em 2025, segundo o IBGE, a realidade da insegurança alimentar persiste e afeta milhões de brasileiros. Dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 2023 revelam que 27,6% dos domicílios brasileiros (21,6 milhões de lares) enfrentavam algum grau de insegurança alimentar. Em termos de indivíduos, esse número chega a 62,7 milhões de pessoas.

A gravidade da situação foi ainda mais evidenciada durante o período pandêmico. Em 2022, um inquérito nacional realizado pela Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (Penssan) sobre insegurança alimentar no contexto da Covid-19 apontou mais de 33 milhões de brasileiros em situação de fome (IA grave). Para Ana Maria Segall, pesquisadora da Penssan, não trata de escassez na produção. “O problema no Brasil é a capacidade que as famílias em acessar os alimentos, capacidade de comprar”, avalia.

Maria Emília Pacheco, ex-presidente do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea), observa que o Brasil tem registrado uma expansão de monocultivos, concentração fundiária e degradação ambiental.

“Desde 1988, apenas cinco cultivos no Brasil — soja, milho, cana-de-açúcar, arroz e feijão — ocuparam 70% do total de área agrícola no Brasil”, aponta. A área plantada de soja, por exemplo, aumentou de 17 milhões de hectares em 2003 para 45 milhões em 2023. Essa expansão, segundo a especialista, pode contribuir para uma “monotonia alimentar”, desvalorizando a diversidade de alimentos brasileiros.

Pacheco pontua ainda que o agronegócio recebe mais recursos do que a agricultura familiar, indicando uma priorização de investimentos por parte do governo, com incentivos significativos como crédito subsidiado, isenção fiscal e programas de apoio técnico, em detrimento do apoio à agricultura familiar.

Dados da Embrapa revelam que a agricultura familiar ocupa 80,9 milhões de hectares (23% da área total dos estabelecimentos agropecuários) e corresponde a 77% dos estabelecimentos agrícolas do país. Além disso, emprega mais de 10 milhões de pessoas (67% do total de ocupados na agropecuária), e gera renda para 40% da população economicamente ativa.

A fome no Brasil, conforme as especialistas, é um problema de injustiça social. “Há uma população mais exposta à fome do que outras”, afirma a engenheira agrônoma Fran Paula, conectando a questão da insegurança alimentar a fatores como geração de renda, acesso à educação e qualidade de vida.

Ana Maria Segall, da rede Penssan, destaca que a principal medida que reduz a insegurança alimentar é o aumento da renda. “Estudos mostram que o aumento real do salário mínimo tem uma capacidade de reduzir a insegurança alimentar maior do que os programas sociais”, aponta.

*Estagiários sob a supervisão de Carlos Alexandre de Souza